



O LUGAR DAS QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

Cilésia Lemos¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo/PPGE cilesialemos@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo é contextualizar o tratamento que foi dado às questões de gênero nas políticas educacionais do país. A partir da análise documental dos PCN (1998); PNE (2001; 2014) e da BNCC (2017), buscamos identificar nos processos de elaboração e aprovação, os conflitos sobre o tema. Evidenciou-se que estes documentos foram atravessados por consensos e dissensos sobre a temática, e a não linearidade em avanços dessa questão nas políticas educacionais, demarca a correlação das forças sociais no Brasil.

Palavras-chave: Gênero, Políticas educacionais, História recente, Brasil.

1. Introdução

As investidas contrárias às abordagens das questões de gênero no campo da educação atravessaram não só o âmbito das políticas, assim como seu tratamento em sala de aula. Estas ações expressaram as fortes ofensivas reacionárias aos avanços e conquistas sociais acumuladas nas últimas três décadas no país. Neste sentido, busca-se neste estudo situar as disputas sobre o lugar que as questões de gênero ocuparam na política educacional, especialmente após a Constituição Federal de 1988. Considerando que o tratamento dado à questão de gênero pelo âmbito da política educacional, mais especificamente, os avanços e retrocessos das normatizações desse tema no campo educacional podem expressar conflitos sociopolíticos vivenciados no Brasil.

Nos últimos anos, instâncias de decisões e execução de políticas educacionais, sofreram fortes interferências com ações que combatem o uso e a inclusão dos termos como gênero e diversidade sexual, decorrentes das ofensivas antigênero por parte de setores conservadores da sociedade brasileira. Essas ações

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

ocasionaram a restrição da menção explícita ou referência dos termos em legislações e currículos educacionais, de âmbitos federal, estadual e municipal. Impulsionadas por campanhas de distintos sujeitos sociais e políticos do cenário nacional, suas ações reativas têm buscado combater e cercear o debate, como a continuidade e ampliação de direitos nesta seara (JUNQUEIRA, 2019).

Nestas empreitadas, do que se configurou denominar de uma “cruzada antigênero”, falácias e desinformações sobre gênero foram amplamente veiculadas nas mídias digitais e por distintas vozes da sociedade brasileira. Da promoção ao pânico moral (ideologia de gênero; “Kit Gay”; Marxismo Cultural) à politização reativa aos avanços desta seara, originou-se uma construção política e religiosa em “defesa da família”, em oposição ao debate e promoção de gênero e diversidade especialmente no campo da educação (MIGUEL, 2016; JUNQUEIRA, 2019).

Não só a abrangência de discussões de gênero e diversidade sexual esteve em disputa, mas sim, todo um conjunto de temas com cunho críticos, políticos, e sociais, foram atravessados por embates cotidianamente.

O debate de gênero que não chegou a ser propriamente incorporado por todos (as) nas escolas, em secretarias estaduais e municipais, neste contexto atual, difere de momentos de valorização e promoção dos temas essenciais ao ambiente escolar como ocorreu em um passado não tão distante, impulsionados pela sistematização de políticas e ações promovidas pelo MEC/SECADI.

Diante desse cenário de tensionamentos, sujeitos ainda resistem enfrentando as tentativas de desconstrução destas conquistas. Isso decorre do entendimento de quem já o tratava do tema, ainda que de forma difusa, continuaram fazendo mesmo que pressionados com o avanço de forças reacionárias que se intensificou no país, e alcançou o campo da elaboração de políticas e normativas educacionais (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

O que não significa dizer, que as assepsias que alguns documentos educacionais passaram não sejam importantes, é evidente que sim, pois, é na composição deles que práticas pedagógicas, trabalhos de prevenção contra

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

violências, e intervenções são respaldadas. O país deu alguns “passos atrás” em termos de promoção desta temática após a supressão de termos em documentos como o PNE (2014-2024) e a BNCC (2017), e estes recuos foram sentidos, com alguns impactos e danos. Em vista disso, cabe indagar o que representa essas movimentações em torno das políticas educacionais em diferentes momentos da história do país e da agenda de gênero nessas documentações.

2. Percurso metodológico

Foram selecionados para análise os documentos: PCN, 1998; PNE 2001; PNE, 2014; BNCC, 2017 normatizações oficiais da educação brasileira de âmbito federal. A escolha destes documentos se deu por disputas sociopolíticas por incluir ou retirar de seus textos as discussões e/ou referência à questão de gênero. Estas documentações, como políticas educacionais decorrem de “determinações históricas” (EVANGELISTA, 2012, p. 59), neste sentido, podem expressar os consensos e dissensos do período de elaboração e formulação, e/ou transparecer as disputas sociopolíticas em torno da questão de gênero. Uma vez que “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2008, p. 295). Na análise dos documentos foram considerados os acontecimentos sociopolíticos que reverberam na presença ou ausência da questão de gênero em seus textos. Para isso, foram considerados nas análises os contextos de produção, conformando-os em três momentos distintos, nos quais a agenda de gênero fora traduzida com características próprias em cada documento.

3. Políticas educacionais de gênero: construção, ascensão e desconstrução

Nesse recorte temporal que se inicia com a promulgação da CF/1988 até a homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em 2017, as questões de gênero não ocuparam um lugar único e estático nas políticas educacionais brasileiras, mas sim, diversos. Apesar disso, pode-se traçar um movimento geral: de um tema compreendido pela perspectiva feminista da época e atrelado a uma compreensão geral de cidadania e direitos humanos no universo legislativo, a questão de gênero começa a ganhar presença durante o governo de Fernando

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e tem seu momento de maior visibilidade a partir do avanço de forças progressistas no país nos anos de 2000, mais especificamente com a posse do presidente de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e em continuidade nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016). Contudo, desde 2014, existiram reações de enfrentamento por parte de setores conservadores quanto à presença do tema em documentos educacionais. Esses ataques não se restringiram apenas ao campo educacional. Com a deflagração do golpe de 2016 e nos anos seguintes, intensificaram-se as tentativas de conter referências à temática, com a mobilização de diferentes formas para retirar a menção explícita ao gênero em documentos educacionais e de breçar sua abordagem no campo da educação.

O primeiro momento da questão de gênero nas políticas educacionais é caracterizado pela inserção do debate de gênero, e tem início com a alusão à temática nas discussões do universo político vinculado a agenda de direitos das mulheres a partir dos anos da redemocratização na década de 1980 até o final governo de FHC, quando a questão de gênero começa a ganhar presença nas políticas públicas educacionais. Por isso, essa conjuntura caracteriza-se como um período de construção. Os documentos do campo da educação que trazem a temática de gênero (ou que abordaram de forma atrelada a concepção de direitos humanos e cidadania) são os PCNs (1998) e o PNE (2001-2010).

O segundo momento da agenda de gênero caracterizou-se pela maior visibilidade e promoção da temática em políticas públicas durante os anos dos governos de Lula e Dilma entre os anos de 2003-2016. Ao ser envolvido no grande “guarda-chuva” de políticas de diversidade, a questão de gênero ocupou lugar de destaque em projetos, planos, programas de formação continuada, prêmios de incentivo (MADSEN, 2008). O PNE 2014-2024 é o documento que representa esse período, pois, na primeira versão deste documento como Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, o termo gênero estava presente em diferentes metas, objetivos, expressando os avanços em discussão que se tinha até então. O PNE foi um dos documentos que proporcionou intensos debates, críticas e polêmicas, no seu contexto de

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UEADSL2023.1 - LIBERDADE E PRECONCEITO

aprovação, materializando essas disputas em seu texto final, com o termo gênero suprimido. Através da articulação e da união de distintos representantes de setores conservadores brasileiros, frentes religiosas (união entre setores conservadores católicos e evangélicos), movimentos como o “Escola sem Partido” e defensores da existência da denominada “ideologia de gênero” nas escolas.

O terceiro momento, assinalado como período de desconstrução, inicia-se no governo interino de Michel Temer a partir do ano de 2016. É também marcado por inúmeras tentativas de apagamento da questão de gênero nas políticas educacionais, como também de reverberações da vitória da supressão do termo no PNE, na maioria dos planos estaduais e municipais de educação dando continuidade a esta ofensiva antigênero (VIANNA, BORTOLINI, 2020). O documento oficial que expressa características desse momento é o texto da BNCC (2017). Ao longo do processo da construção da Base, versões foram apresentadas pelo MEC e verificou-se a partir da análise desses documentos, que nas duas primeiras versões (2015; 2016) os termos a gênero e orientação sexual eram explicitados e vinculados a outros marcadores sociais nas propostas de auxiliar a construção curricular do país. Contudo, em sua versão final, esses termos não são mencionados explicitamente.

Essa substituição da menção explícita do termo gênero da BNCC, diluindo-o em um tema geral, e a abordagem da sexualidade apenas pela dimensão reprodutiva e de saúde preventiva, retirando a dimensão social e cultural do debate são os novos aspectos que o tratamento do tema assume nesse contexto. É possível estabelecer elo dessas características com as polêmicas que pairavam no debate público da sociedade brasileira influenciados pelas falácias sobre gênero, como pelas mobilizações de grupos contrários à temática com apoio de determinadas alas conservadoras religiosas e sujeitos políticos do país.

4. Considerações finais

Os diferentes momentos da agenda de gênero nas políticas educacionais do país foram marcados por fortes oscilações e a não linearidade desta questão nestes

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:





textos evidencia os consensos e dissensos sobre a temática. Denominados a partir das características identificadas por meio de análise documental os períodos de ascensão, construção e desconstrução das questões de gênero expressam como esta questão foi incorporada no âmbito das políticas públicas. Em conjunto a análise dos documentos, a contextualização dos períodos de produção evidencia que a questão de gênero, não ocupou um lugar fixo nas políticas educacionais, mas sim um “entrelugar” que é negociado, eivado de muitas lutas sociais. Sua presença/ausência esteve relacionada a ações governamentais em promover a pauta, e balizada por disputas políticas e debates públicos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-307.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 52- 71.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, Alessandro (*et al.*). CASSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ª ed. SP: Boitempo, 2019.p.135-140.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996- 2007)**. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Da doutrinação marxista à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163> Acesso em: 10 jan. 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, p.1-25. 2020. Disponível em: [1517-9702-ep-46-e221756.pdf \(scielo.br\)](https://doi.org/10.15179/ep46e221756.pdf) Acesso em: 10 jan. 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira. UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p.77-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 10 jan. 2023.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

| | | | | | |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|
| Grupo de Pesquisa Texto Livre | Belo Horizonte | v.1 | n.15 | 2023.1 | e-ISSN: 2317-0220 |
|-------------------------------|----------------|-----|------|--------|-------------------|

Realização:

Apoio:

Produção:

